

QUESTÃO INDÍGENA *Financiadores alemães querem saber por que o órgão não usou verba para demarcação de terra*

Funai usa doação para pagar suas contas

Coordenador diz ser rotina

da Sucursal de Brasília

O coordenador de Planejamento e Orçamento da Funai, Sancler Pitanguí Versiani, disse que é "rotina" usar a verba do PPTAL para tapar rombos financeiros do órgão.

"Em caso de emergência comprovada, usam-se os recursos (do PPTAL) com garantia de devolução. É um empréstimo, isso é rotina. Sempre recomparamos a conta", afirmou Versiani.

De acordo com o coordenador, a Funai já está devolvendo os R\$ 804 mil retirados da conta do PPTAL, abastecida quase que integralmente por doações da Alemanha.

A Funai depositou R\$ 250 mil na conta do programa e reservou mais R\$ 150 mil para o PPTAL. "O restante será repassado à medida que cheguem faturas do PPTAL. O dinheiro estará disponível a hora que quiserem", disse.

Segundo Versiani, o dinheiro sacado foi utilizado para socorrer as administrações regionais da Funai, que estão sem recursos.

Ele não citou casos específicos, falando genericamente em "emergências diárias". "Não se pode deixar o índio morrer."

De acordo com Versiani, a Funai também socorre o PPTAL quando o programa precisa de recursos. "No ano passado, emprestamos mais de R\$ 500 mil para o programa", disse.



O ministro Renan Calheiros (Justiça), a quem a Funai é subordinada

Falta demarcação de 201 áreas

da Sucursal de Brasília

Todas as reservas indígenas do país já deveriam estar demarcadas há cinco anos, de acordo com a Constituição de 1988. Mas levantamento feito em junho do ano passado pelo PPTAL aponta que só na Amazônia há 201 terras indígenas ainda não demarcadas.

Existem no país 556 terras indígenas, que abrigam 326 mil índios, distribuídos em 215 etnias. Alguns grupos vivem em relativo ou completo isolamento.

A Amazônia concentra 381 terras indígenas. Desse total, 201 aguardam demarcação, estando delimitadas 60, identificadas 6, ou sem providências 135.

Desde a idealização do PPG7, em 90, foi previsto um projeto de proteção às terras indígenas.

Assim nasceu o PPTAL, que conta com orçamento de US\$ 21,3 milhões, sendo US\$ 17 milhões do KFW (organismo de financiamento da Alemanha), US\$ 2,1 milhões do Rain Forest Trust Fund (fundo financeiro internacional para proteção da floresta tropical) e US\$ 2,2 milhões de contrapartida do governo brasileiro.

"A questão da demarcação da terra é central quando o tema se volta para a preservação da identidade cultural e para o direito ao etnodesenvolvimento, pois a noção de território para os índios representa muito mais que meio de subsistência", afirma documento do PPTAL.

"A terra é o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento, ao universo mitológico."

LUCAS FIGUEIREDO
da Sucursal de Brasília

Com dificuldades financeiras, a Funai usou R\$ 804 mil que haviam sido doados pela Alemanha para demarcação de terras indígenas na Amazônia para cobrir suas contas.

Segundo apurou a Folha, o dinheiro foi retirado da conta bancária do PPTAL (Programa Integrado de Proteção às Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal) e usado para pagar contas do órgão federal.

Metade dos recursos já foi devolvida, mas o caso chegou ao conhecimento dos financiadores do programa, um grupo que reúne empresas, entidades ambientalistas e bancos como o KFW.

Os coordenadores alemães do projeto pediram, por telefone, que a Funai explique em carta o que ocorreu.

O Ministério da Justiça e a direção do programa pressionam a Funai a devolver o restante do dinheiro antes que o caso tome proporções maiores.

O PPTAL faz parte do PPG7 (Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil), administrado pelo Banco Mundial e financiado pelos países mais ricos do mundo — Alemanha, Japão, EUA, Canadá, Itália, França e Reino Unido — e pela União Européia.

A Alemanha é o maior financiador do PPG7 e, em especial, do programa para demarcação de terras indígenas. A Funai participa do programa gerenciando o dinheiro.

A falta dos R\$ 804 mil na conta bancária do PPTAL foi notada quando uma fatura de R\$ 250 mil que deveria ser quitada pelo programa foi devolvida por falta de pagamento.

O dinheiro do PPTAL havia sido sacado pela Funai e usado para pagar contas do órgão, que amarga uma de suas piores fases de falta de recursos. Pelas normas do PPG7, a Funai só tinha autorização para

usar a verba com proteção às terras indígenas.

O ministro da Justiça, Renan Calheiros, foi informado do rombo na conta do PPTAL e, por telefone, exigiu do presidente da Funai, Sullivan Silvestre, que se encontrava em Manaus, que o dinheiro fosse imediatamente reposto.

A Funai repôs R\$ 250 mil e colocou mais R\$ 150 mil à disposição do programa. Prometeu devolver o resto à medida em que o PPTAL precisasse do dinheiro.

Em 97, a Funai contou com uma verba de R\$ 62,4 milhões. O orçamento do órgão para 98 era de R\$

47 milhões, mas foi cortado para R\$ 35,6 milhões por causa da crise econômica.

Calheiros e a direção do PPG7 encaram o caso como uma trapalhada da Funai. Mas temem que a imagem do Brasil seja arranhada no exterior, exatamente no momento em que o governo tenta apagar o estereótipo de país que pouca atenção dá à questão indígena e ao controle de recursos públicos.

O PPG7 — maior programa mundial de proteção de florestas tropicais — já recebeu cerca de R\$ 200 milhões em doações.